

Emissão de Parecer Jurídico nas Consultas Internas Formuladas

Criação	Edição	Codificação
	1ª	JUR - 03
Elaboração	Revisão	Aprovação
Juliano Hadlich Fidelis	Marco Aurélio Corrêa	
Conceito		
<p>O parecer jurídico é uma peça jurídica com informações técnicas sobre um tema em específico. Ele é elaborado pela Assessoria Jurídica do Ipreville, formada por advogados concursados, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil e em gozo de suas prerrogativas. O corpo jurídico, órgão consultivo, ao analisar o caso concreto, vai emitir um parecer opinando pela legalidade ou não do processo, ou ainda pode ser chamado a fundamentar uma decisão a ser tomada pelo Instituto.</p>		
Objetivos		
<p>Manualizar o procedimento para Emissão do Parecer Jurídico nas consultas internas e nos processos administrativos do Ipreville.</p>		
Aplicação		Execução
Por demanda		Assessoria Jurídica
Materiais Necessários		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso à pasta do Jurídico na rede Ipreville; ▪ Acesso à consulta de processos nos portais dos Tribunais; ▪ Códigos e Livros Jurídicos 		
Descrição do Processo		
<ol style="list-style-type: none"> 1. A Assessoria Jurídica recebe a consulta do setor demandante. 2. É realizada uma análise do tema demandado. 3. Caso sinta necessidade de mais informações, solicita ao setor demandante. 4. Verificada a falta de algum documento necessário à análise, ou erro sanável, solicita ao setor demandante a correção. 5. Busca de referências doutrinárias caso haja necessidade. 6. Busca de referências Jurisprudenciais caso haja necessidade. 7. Busca de legislações correlatas que ajudarão a sustentar a tese a ser seguida. 8. Numerar o parecer que deve seguir uma seqüência cronológica indicada na tabela disponível em: Ipreville\Assessoria_Juridica\Pareceres\NR's. 9. A Ementa deve conter o assunto abordado e a legislação utilizada. 10. Relatório traz o resumo da consulta demandada, com indicação dos fatos que a constituem 		

e/ou informações trazidas pelo setor demandante.

- 11.** Na Fundamentação são expostos os argumentos jurídicos propriamente ditos, com indicação da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras informações técnicas.
- 12.** Na conclusão o advogado indica sua resposta a consulta, opinando, por exemplo, pelo “deferimento ou indeferimento de um pedido de benefício”, ou “diante do exposto, é-se favorável/desfavorável a tais argumento”.
- 13.** Sendo parecer sobre benefícios, imprimir uma via e anexar ao processo físico.
 - 13.1 Envia via memorando ao setor de Previdência. Pode ser enviado em lote.
 - 13.2 Digitalizar parecer e anexar ao processo eletrônico na rede interna no caminho Processos_eletrônicos/ano do processo.
- 14.** Encaminhar ao setor responsável via memorando interno;
 - 14.1 Arquivar cópia física na pasta de Documentos do Setor.
- 15. Finalizado o Processo de emissão de Parecer Jurídico.**

Considerações

Referências

- Constituição Federal e Emendas Constitucionais
- Lei Municipal 4076/1999
- Legislação correlata a depender do caso concreto.

Ipreville

Fluxograma

